



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
Concurso Público N.º 02/2025
Edital N.º 01/2025

Caderno de Provas

ATENÇÃO: SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ANALISTA EM CONTROLE INTERNO DE OBRAS PÚBLICAS

PROVA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Matemática	11 a 15
Conhecimentos Gerais	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 40

INSTRUÇÕES GERAIS

- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro caderno de provas ao fiscal de sala.
- Este caderno contém as provas objetivas, com 40 questões que apresentam quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta.
- Responda as questões no caderno de provas e marque, no Cartão-Resposta, as letras correspondentes às respostas assinaladas no caderno de provas.
- No cartão, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, dentro dos seus limites e sem rasuras.
- O Cartão-Resposta da prova objetiva é personalizado e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se houver erros, notifique o fiscal de sala.
- O tempo de duração das provas é de 3 horas, a partir do sinal de início, já incluídos nesse tempo a abertura do pacote de provas, a distribuição do material, a leitura dos avisos e a marcação do Cartão-Resposta.
- Você deverá permanecer na sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e só poderá levar este caderno durante os últimos 30 minutos que antecedem o final estipulado para a prova.
- Reserve, no mínimo, os 20 minutos finais para o preenchimento do Cartão-Resposta. Não será concedido tempo adicional para completar o seu preenchimento.
- Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de provas e serão liberados, apenas, após o último candidato entregar o seu cartão resposta e os três assinarem o relatório de sala.
- Ao terminar, devolva ao aplicador, separadamente, o Caderno de Provas e o Cartão-Resposta.



FUNDAÇÃO AROEIRA

TEXTO 01

Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?

Fim das festas, enfim. Imagino que seus encontros com a família, colegas e comidas fartas tenham feito emergir o tema do autocontrole. Exemplo: ouvir coisas difíceis e não responder imediatamente pelo bem da harmonia do lar e do emprego. Ver muita comida e bebida e ingerir só o suficiente. Driblar o cansaço do final do ano (...). Continuar “fazendo social” além do momento de esgotar a bateria familiar.(...) Avançar com a vida sem deixar vítimas pelo caminho e sempre pensando que o cadáver simbólico pode ser você. (...) Basicamente, isso dominou o final de ano de muitos.

Autocontrole é louvado pela Bíblia. () No Novo Testamento, são exaltados os pacificadores, os mansos e humildes de coração, virtudes identificadas no Sermão da Montanha de Mateus. (...) Perdoe agressores como Jesus pendurado ao madeiro. Afinal, eles “não sabem o que fazem”.() Ao encontrar alguém abalado e instável, você é desafiado a responder se a paz lhe pertence ou não. Se ela for do outro, ele a toma; se sua permanece. Para os tipos coléricos, exiba sua paz inabalável. Controlar-se é ser livre. (...) Você se arrepende se sua boca ou seu corpo acompanharem a explosão negativa que a situação causou em você. Você tem emprego e casamento porque aprendeu a se calar. A arte de engolir sapos é pura estratégia. Vivemos outro momento cultural. Bons psicólogos recomendam que você se expresse sobre aquilo que lhe agride. (...) Muita gente se orgulha de ter redescoberto a lei do Talião e de se vingar a partir de olho por olho, dente por dente. (...) Viramos pessoas que consideram o silêncio como uma capitulação.

Calar sempre? Responder no mesmo tom? Não tenho uma resposta clara, pois já me arrependi de calar e de gritar. Eu darei uma solução subjetiva: revelar a maioria das coisas pequenas. (...) Boa postura costuma ser muito forte como argumento. Como saber a diferença? Complexo, mas possível. Permita-se alguns segundos de reflexão antes de reagir. Treine, especialmente antes de um evento desafiador. (...) Acho que isso pode ajudar a tornar 2026 mais sábio, sem epiderme ao vento e sem couro de jacaré. Lembrando o peso da metáfora: jacarés têm o ventre macio e o mantêm sob a água, escondido; possuem a couraça superior quase impenetrável e a exibem ao mundo. Segundo a crença popular, “em rio com piranhas, jacaré nada de costas”. Tenho a esperança de aprender a viver em nado de peito, costas e borboleta, dependendo da fauna da água. Bom 2026 para mamíferos fofos e répteis astutos.

(<https://www.estadao.com.br/cultura/leandro/karnal/calar-responder-no-mesmo-tom-ou-revelar-as-coisas-pequenas/texto> adaptado. Acesso em 03 fev. 2026).

QUESTÃO 01

Considere a leitura integral do texto “Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?” e analise as afirmações a seguir sobre ele:

- I. Enquanto gênero textual, o texto caracteriza-se como artigo de opinião.
- II. A estrutura composicional desse texto tem um tom persuasivo, injuntivo.
- III. Predomina no texto o nível de linguagem padrão da língua portuguesa.
- IV. O autor usa argumentos controversos para defender uma posição sobre o tema.

Marque a alternativa correta:

- A () I e II apenas.
- B () I, II e III apenas.
- C () II, III e IV apenas.
- D () I, II, III e IV.

QUESTÃO 02

Leia, atentamente, o texto, considere os elementos de comunicação enfatizados na sua construção e marque a alternativa que apresenta as funções de linguagem predominantes nele:

- A () conativa, poética, referencial, fática.
- B () fática, poética, informativa, apelativa.
- C () metalinguística, denotativa, emotiva, fática.
- D () apelativa, expressiva, referencial, metalinguística.

QUESTÃO 03

Observe o fragmento: “(...) Sua paz lhe pertence”. Sobre a regência do verbo “pertence”, neste contexto, marque a alternativa correta:

- A () intransitivo.
- B () bitransitivo.
- C () transitivo direto.
- D () transitivo indireto.

QUESTÃO 04

Considere a frase: “O jantar estava ótimo”. Marque a alternativa que apresenta o processo de formação da palavra “jantar” nesse contexto:

- A () derivação imprópria.
- B () derivação prefixal.
- C () derivação sufixal.
- D () derivação regressiva.

QUESTÃO 05

Considere a palavra “harmonia” e marque a alternativa que apresenta o número de letras e o número de fonemas na sua formação:

- A () 8 letras e 8 fonemas.
- B () 8 letras e 6 fonemas.
- C () 8 letras e 5 fonemas.
- D () 8 letras e 7 fonemas.

QUESTÃO 06

Analise as palavras abaixo e marque a alternativa que apresentar um tritongo, um ditongo crescente, um ditongo decrescente e um hiato respectivamente:

- A () quaisquer, família, cordeiro, magoado.
- B () macio, fauna, superior, pessoas.
- C () porque, estratégia, sua, coisas.
- D () baixar, coração, Mateus, suficiente.

QUESTÃO 07

Observe as alternativas e marque aquela na qual todas as palavras são acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica:

- A () répteis, cadáver, possível, saúde.
- B () impenetrável, jacaré, Bíblia, além.
- C () vulnerável, instável, possível, inabalável.
- D () inabalável, metáfora, está, difíceis.

QUESTÃO 08

Considere a oração: “Eu darei uma solução subjetiva”.

Marque a alternativa que apresenta a classe gramatical das palavras nessa oração respectivamente:

- A () pronome, verbo, artigo, substantivo, adjetivo.
- B () conjunção, verbo, numeral, substantivo, advérbio.
- C () pronome, verbo, conjunção, substantivo, advérbio.
- D () conjunção, advérbio, numeral, substantivo, advérbio.

QUESTÃO 09

Analise o fragmento: “Basicamente, isso dominou o final do ano de muitos”. Os vocábulos “basicamente” e “isso”, nesse contexto, exercem a função sintática de:

- A () aposto, pronome possessivo.
- B () vocativo, pronome possessivo.
- C () advérbio, pronome demonstrativo.
- D () aposto, pronome pessoal.

QUESTÃO 10

Considere o título do texto: “Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?” Esse título é formado por um período constituído por três orações. A última oração liga-se à segunda por meio da conjunção “ou”. Marque a alternativa que apresenta a ideia que essa conjunção estabelece entre as demais orações:

- A () conformidade.
- B () alternância.
- C () oposição.
- D () conclusão.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11

Sabendo que $4^x + 4^{-x} = 5$ então $2 \cdot (16^x + 16^{-x})$ é igual a?

- A () 13.
- B () 23.
- C () 46.
- D () 56.

QUESTÃO 12

A fração $156/455$ é equivalente a fração irredutível A/B , qual é o valor de $B - A$?

- A () 23.
- B () 13.
- C () 17.
- D () 19.

QUESTÃO 13

Considere a equação $9x^2 - Ax + 20 = 0$, se a soma dos inversos das raízes é $63/20$, então A é um número múltiplo de?

- A () 5.
- B () 6.
- C () 9.
- D () 11.

QUESTÃO 14

Se a média geométrica e aritmética de três números são iguais, sabendo que o produto desses três números é 216, qual o valor de sua soma?

- A () 5.
- B () 15.
- C () 18.
- D () 21.

QUESTÃO 15

Qual o valor aplicado hoje para se obter o montante de R\$ 1.320.000,00, daqui a 8 meses, a uma taxa de juros simples de 4% ao mês?

- A () 132.000.
- B () 100.000.
- C () 1.320.000.
- D () 1.000.000.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 16

A Lei Orgânica do Município é a norma fundamental que organiza a vida política, administrativa e jurídica de cada município brasileiro. Funciona como uma espécie de “constituição municipal”

A Lei Orgânica do Município de Catalão reconhece funções comuns entre Município, Estado e União.

- I. Proteger o meio ambiente e combater a poluição é competência comum.
- II. A proteção de documentos culturais é competência exclusivamente municipal.
- III. Combater a pobreza e integrar socialmente setores desfavorecidos é competência comum.
- IV. Cuidar da saúde e assistência pública é competência comum.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - F - V - F.
- B () F - V - F - V.
- C () V - F - V - V.
- D () F - F - V - V.

QUESTÃO 17

O Estatuto dos servidores do município disciplina, entre outros temas, as regras de férias.

Qual das afirmações a seguir está correta?

- A () O servidor faz jus a 30 dias consecutivos de férias anuais, não acumuláveis em dois períodos.
- B () O servidor pode acumular livremente férias por cinco anos.
- C () O servidor não tem direito a acréscimo de 1/3 na remuneração das férias.
- D () Não existe exigência de período aquisitivo para o primeiro gozo.

QUESTÃO 18

Em relação à história de Goiás, julgue as afirmações a seguir:

- I. A Cidade de Goiás é reconhecida por seu patrimônio histórico e cultural.
- II. Manifestações culturais goianas têm relação com heranças indígenas, africanas e europeias.
- III. O patrimônio cultural do Estado de Goiás é exclusivamente barroco e não possui vínculos coloniais.
- IV. A preservação do patrimônio é tema associado à memória social e identidade regional.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - F - V - F.
- B () V - V - F - V.
- C () V - F - F - V.
- D () V - V - V - V.

QUESTÃO 19

Considerando as informações disponíveis na página oficial do município, na Internet, www.catalao.go.gov.br, especialmente, no trecho em que a Prefeitura menciona a bandeira comandada por Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera), analise as afirmações a seguir:

- I. O texto cita a travessia do Rio Paranaíba pela bandeira de Anhanguera.
- II. A bandeira abriu o Porto Velho, apontado como atual Porto do Lalau.
- III. Segundo o texto, Anhanguera deixou uma base de apoio e plantações em Catalão antes de seguir para a região onde fundou a cidade de Goiás, em 1722.
- IV. O texto relata que foi deixado um barco na margem direita do Ribeirão Ouvidor.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - V - V - F.
- B () F - V - F - V.
- C () V - V - F - V.
- D () V - V - V - V.

QUESTÃO 20

Leia as afirmações a seguir, considerando o Panorama do IBGE sobre o município de Catalão, encontrado em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>:

I. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é menor do que a de todos os municípios da região geográfica imediata.

II. As internações pelo SUS, devido a diarreias são de 51,3 para cada 1.000 habitantes.

III. No que diz respeito aos índices dos itens I e II, comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 140 de 246 e 92 de 246, respectivamente.

IV. O município apresenta um índice maior do que 15 óbitos por mil nascidos vivos.

Considerando os dados de saúde, qual(is) da(s) afirmação(ões) está(ão) correta(s)?

A () I e II.

B () II, apenas.

C () I, II e III.

D () III e IV.

QUESTÃO 21

No que tange aos princípios fundamentais da Administração Pública, expressos e implícitos, e considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), bem como as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise a seguinte situação hipotética:

A Administração Pública Federal, ao detectar um equívoco de interpretação jurídica cometido por gestores anteriores, constatou que um grupo de servidores aposentados vem recebendo, há seis anos, uma vantagem pecuniária considerada ilegal à luz da jurisprudência atual. Não ficou demonstrada a má-fé dos beneficiários. Diante disso, a autoridade competente determinou a imediata anulação do ato, com a interrupção dos pagamentos e a determinação de ressarcimento ao erário de todos os valores pagos desde a origem.

Com base nos princípios da Legalidade, Autotutela, Segurança Jurídica e Proteção à Confiança, assinale a alternativa correta:

- A () O princípio da Legalidade, por ser o pilar do Estado Democrático de Direito, impõe à Administração o dever-poder de anular seus próprios atos quando eivados de vício, sendo essa prerrogativa imprescritível quando envolver verbas de natureza alimentar pagas indevidamente, independentemente do tempo decorrido.
- B () Conforme o princípio da Autotutela, a Administração deve anular o ato ilegal; contudo, em observância ao princípio da Segurança Jurídica e à teoria do fato consumado, a anulação só produzirá efeitos após o trânsito em julgado de ação judicial específica, sendo vedada a autocomposição administrativa em prejuízo do servidor.
- C () O direito da Administração de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, salvo comprovada má-fé. No caso em tela, operou-se a decadência para a anulação do ato, e, quanto ao ressarcimento, o STJ entende que verbas recebidas de boa-fé por erro de interpretação da lei pela Administração são irrestituíveis.
- D () O princípio da Proteção à Confiança Legítima obriga a Administração a manter o pagamento da vantagem aos servidores já aposentados, transformando o ato ilegal em ato válido pelo decurso do tempo (convalidação tácita), sendo vedada qualquer revisão administrativa ou judicial após o prazo de cinco anos, mesmo se houvesse má-fé.

QUESTÃO 22

Considere as normas constitucionais sobre as limitações ao poder de tributar e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito dos princípios da anterioridade de exercício (anual) e da anterioridade nonagesimal (noventena). Analise as proposições abaixo:

- I. A fixação de alíquotas do ICMS incidente sobre combustíveis e lubrificantes, quando definida mediante convênio celebrado pelos Estados e Distrito Federal nos termos da Lei Complementar nº 192/2022, submete-se à anterioridade nonagesimal, mas constitui exceção à anterioridade anual.
- II. Conforme entendimento sumulado pelo STF, a norma legal que apenas altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária já estabelecida não se sujeita ao princípio da anterioridade, uma vez que não representa instituição ou majoração de tributo.
- III. A revogação de um benefício fiscal (como uma isenção ou uma redução de base de cálculo) ou a redução de um desconto para pagamento à vista equipara-se à majoração indireta de tributo, devendo, como regra geral, observar as anterioridades anual e nonagesimal, em respeito ao princípio da não surpresa.
- IV. O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e a alteração da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) são exceções à anterioridade nonagesimal, devendo observar apenas a anterioridade anual.
- V. O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) e as Contribuições para a Seguridade Social são exceções absolutas, podendo ser exigidos imediatamente após a publicação da lei que os instituiu ou aumentou, sem observância de qualquer anterioridade.

Assinale a alternativa correta:

- A () Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- B () Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- C () Apenas as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- D () Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO 23

No exercício do Poder de Polícia, a Administração Pública realiza atos de fiscalização para garantir que as atividades dos particulares não prejudiquem o interesse coletivo. Ao lavrar um Auto de Infração contra um estabelecimento comercial por falta de higiene, a Administração inicia um processo administrativo punitivo.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999 e a Constituição Federal de 1988, qual procedimento deve ser observado logo após a lavratura do auto de infração?

- A () A aplicação imediata e definitiva da multa, sem possibilidade de revisão, para garantir a supremacia do interesse público.
- B () O fechamento imediato do estabelecimento por tempo indeterminado, antes mesmo de qualquer explicação do proprietário.
- C () A abertura de prazo para que o administrado apresente sua defesa, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- D () A transferência automática do caso para o Poder Judiciário, pois a Administração Pública não tem competência para punir administrativamente.

QUESTÃO 24

No âmbito de uma autarquia federal, o Diretor de Logística, visando dar celeridade a um processo licitatório para a contratação de serviços de engenharia de grande vulto, designou um único servidor de sua confiança para atuar, simultaneamente, na elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), na condução da sessão pública como agente de contratação e, posteriormente, na fiscalização da execução contratual. O Diretor justificou o ato com base no Princípio da Eficiência e na escassez de pessoal qualificado na unidade.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- A () A designação é válida, uma vez que o Princípio da Eficiência e a supremacia do interesse público sobre o privado permitem a flexibilização de normas procedimentais em casos de comprovada escassez de recursos humanos.
- B () A referida cumulação de funções viola o Princípio da Segregação de Funções, que veda a designação do mesmo agente para atuação em etapas passíveis de conflito de interesses, sendo este princípio de observância obrigatória conforme a nova lei.
- C () O procedimento é anulável apenas se houver comprovação de dolo ou prejuízo ao erário, visto que a Nova Lei de Licitações prioriza o resultado da contratação (eficácia) em detrimento do rigor formal da segregação de funções.

D () A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a segregação de funções é aplicável apenas às fases de julgamento e habilitação, não alcançando as fases preparatória (ETP) e de execução (fiscalização), que podem ser concentradas para otimizar a gestão.

QUESTÃO 25

No que diz respeito às modalidades de licitação e aos critérios de seleção estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, analise as proposições a seguir:

- I. O diálogo competitivo é a modalidade restrita a contratações que envolvam inovação tecnológica ou técnica, ou situações em que a Administração não consiga definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas do objeto.
- II. O pregão é a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- III. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, mas a concorrência se distingue por ser a modalidade adequada para a contratação de bens e serviços especiais e obras e serviços de engenharia especiais.
- IV. O leilão pode ser utilizado para a alienação de bens imóveis da Administração Pública, independentemente da forma de sua aquisição, não ficando mais restrito apenas aos bens adquiridos por dação em pagamento ou decisão judicial.
- V. O concurso é a modalidade destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e que prevê o pagamento de prêmio ou remuneração ao vencedor, sendo vedado seu uso para projetos de engenharia.

Assinale a alternativa correta:

- A () Apenas as proposições I e V estão corretas.
- B () Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- C () Apenas as proposições II, III e V estão corretas.
- D () Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO 26

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Segundo o seu texto, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, com o objetivo de:

- A () Aumentar indefinidamente a carga tributária para garantir superávit.
- B () Prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- C () Permitir que o governante gaste mais do que arrecada em anos eleitorais.
- D () Extinguir a necessidade de prestação de contas ao Tribunal de Contas.

QUESTÃO 27

João, servidor público federal estável, foi alvo de uma denúncia que resultou na abertura simultânea de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e de uma ação penal, ambos baseados na acusação de ter desviado valores públicos para proveito próprio (crime de peculato).

Ao final do PAD, a comissão processante concluiu pela responsabilidade de João, resultando na aplicação da sanção de demissão pela autoridade competente. Meses depois, a ação penal transitou em julgado.

Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/1990) e a doutrina sobre a responsabilidade dos agentes públicos, assinale a alternativa que descreve a situação em que a decisão na esfera penal obrigatoriamente forçará a revisão da demissão na esfera administrativa:

- A () Se João for absolvido na esfera penal por insuficiência de provas quanto à ocorrência do crime.
- B () Se a pretensão punitiva do Estado for extinta na esfera penal em razão da prescrição da pena.
- C () Se a sentença penal transitada em julgado absolver João por ter sido provada a inexistência do fato ou por negativa de autoria.
- D () Se a pena aplicada no juízo criminal for convertida em pena restritiva de direitos, o que impediria a manutenção da demissão por ser sanção mais grave.

QUESTÃO 28

O Prefeito do Município de “Belo Horizonte do Sul”, visando dar transparência à conclusão das obras de um novo Hospital Municipal, autoriza uma campanha publicitária institucional custeada com recursos públicos. Nos outdoors espalhados pela cidade, além das fotos das novas instalações e informações sobre os serviços oferecidos, consta o slogan pessoal de campanha do Prefeito: “Construindo o Futuro com as Próprias Mãos”, acompanhado de uma foto do Chefe do Executivo sorridente ao lado da placa de inauguração.

Com base nas disposições constitucionais sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- A () A conduta é lícita e atende ao princípio da Publicidade, uma vez que a população tem o direito de saber quem foi o gestor responsável pela execução da obra pública.
- B () A referida publicidade fere o princípio da Impessoalidade, que veda a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos estatais.
- C () O ato é considerado legítimo pelo princípio da Eficiência, pois a vinculação da imagem do gestor à obra concluída gera maior credibilidade e confiança da população na administração municipal.
- D () Não há ilegalidade, desde que os gastos com a publicidade tenham sido previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), respeitando assim o princípio da Legalidade orçamentária.

QUESTÃO 29

No que se refere aos elementos (requisitos), atributos e à extinção dos atos administrativos, analise as proposições abaixo:

- I. A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos é do tipo absoluta (*jure et de jure*), o que significa que o ônus da prova de qualquer irregularidade recai sobre o particular, sem possibilidade de prova em contrário pela via administrativa.
- II. De acordo com a Teoria dos Motivos Determinantes, a validade do ato administrativo está vinculada à existência e à veracidade dos motivos declarados para sua prática, de modo que, se o motivo for inexistente ou falso, o ato será nulo, ainda que a motivação não fosse obrigatória por lei para aquele ato específico.
- III. O Poder Judiciário detém a competência para anular atos administrativos eivados de ilegalidade, porém, em respeito ao princípio da separação de poderes e ao mérito administrativo, é-lhe vedado realizar a revocação de atos administrativos considerados apenas inconvenientes ou inoportunos.
- IV. O atributo da imperatividade está presente em todos os atos administrativos, sem exceção, permitindo que a Administração Pública imponha obrigações a terceiros, independentemente da concordância destes, sob pena de multa ou sanção imediata.
- V. A autoexecutoriedade é um atributo que dispensa a prévia intervenção do Poder Judiciário para que o ato seja cumprido; contudo, ela não se aplica a todos os atos, como ocorre, por exemplo, na cobrança coercitiva de multas pecuniárias não pagas voluntariamente, que exige execução fiscal judicial.

Assinale a alternativa correta:

- A () Apenas as proposições I, II e III estão corretas.
- B () Apenas as proposições II, III e V estão corretas.
- C () Apenas as proposições II, IV e V estão corretas.
- D () Apenas as proposições III, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 30

A empresa “Construções S.A.” celebrou um contrato administrativo com o Município de X para a reforma de uma escola pública, pelo valor total de R\$ 1.000.000,00. Após três meses de obra, a prefeitura identifica a necessidade de ampliar a reforma para incluir um novo refeitório, o que acarretaria um acréscimo de 20% no valor inicial atualizado do contrato.

Com base nas disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa que descreve corretamente a situação jurídica dessa alteração:

- A () A empresa contratada pode se recusar a realizar a ampliação, uma vez que qualquer alteração no objeto do contrato exige obrigatoriamente a concordância prévia e expressa do contratado.
- B () A Administração Pública tem o poder de alterar o contrato unilateralmente para acréscimos ou supressões, ficando o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- C () Por se tratar de uma reforma de prédio, a empresa só seria obrigada a aceitar acréscimos se estes atingissem o patamar mínimo de 50% do valor do contrato, sendo facultativa a aceitação para percentuais inferiores.
- D () A alteração unilateral é permitida apenas para supressão (diminuição) de valores; para acréscimos, a Administração deve obrigatoriamente realizar uma nova licitação para o trecho adicional da obra.

QUESTÃO 31

A Lei nº 14.133, de abril de 2021, abrange normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e:

- I. Abrange os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;
- II. Abrange os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.
- III. Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.

Dentre as sentenças apresentadas pode-se classificar como verdadeiras:

- A () Apenas a sentença I.
- B () Apenas a sentença II.
- C () Apenas a sentença III.
- D () Todas as sentenças.

QUESTÃO 32

Durante auditoria preventiva, um analista de controle interno verifica que determinado órgão pretende contratar empresa para execução de uma obra viária sem ter produzido os Estudos Técnicos Preliminares (ETP). A justificativa do gestor é que o órgão já possui referências de contratações anteriores e que isso seria suficiente. À luz da legislação, essa conduta:

- A () É aceitável, pois o gestor pode substituir os ETP por experiências anteriores, desde que as considere suficientes.
- B () É irregular, pois os ETP são obrigatórios e constituem etapa inicial essencial para qualquer contratação pública.
- C () É permitida apenas para obras com valor inferior a R\$ 100 mil.
- D () É válida somente quando houver autorização expressa do controle interno.

QUESTÃO 33

Durante auditoria de uma obra pública de edificação, o analista de controle interno identifica que a planilha orçamentária apresentada pela contratada contém as seguintes parcelas dentro do BDI:

- I. Administração Central
- II. Mobilização e Desmobilização
- III. Seguro
- IV. ISS
- V. Taxa de Risco do Negócio (Risk allowance)
- VI. Lucro

Considerando a legislação vigente, as normas de controle e a jurisprudência consolidada do TCU sobre composição de BDI, assinale a alternativa correta:

- A () A inclusão da parcela “Taxa de Risco do Negócio” no BDI é obrigatória, devendo o órgão aceitá-la desde que o cálculo seja transparente.
- B () É irregular incluir “Mobilização e Desmobilização” no BDI, pois esses custos devem compor os custos diretos, não os indiretos.
- C () O ISS pode ser incluído no BDI apenas quando o contrato for executado sob regime de empreitada por preço global.
- D () A Administração Central deve necessariamente ser calculada como percentual fixo de 5%, conforme metodologia do SINAPI.

QUESTÃO 34

Durante a execução de uma obra de pavimentação, o engenheiro fiscal verifica que o contratado está realizando alterações significativas no Projeto Executivo, alegando necessidade de adaptação ao terreno. O contratado afirma que pode fazer tais ajustes porque o Projeto Executivo é de sua responsabilidade e faz parte da execução da obra.

Considerando a Lei 14.133/2021, as normas da ABNT NBR 16636 e a jurisprudência do TCU, assinale a alternativa correta:

- A () O contratado pode alterar o Projeto Executivo livremente, pois esse documento é produzido durante a obra e não vincula o contrato.
- B () O Projeto Executivo pode ser ajustado sem autorização formal, desde que não haja alteração de preço.
- C () Qualquer modificação no Projeto Executivo depende de aprovação da Administração e, quando alterar obrigações contratuais, deve ser formalizada por termo aditivo.
- D () A responsabilidade por alterações no Projeto Executivo é exclusiva do fiscal, não do contratado.

QUESTÃO 35

Durante auditoria em uma obra de pavimentação financiada com recursos federais, o controle interno observou que o Diário de Obras estava sendo preenchido apenas semanalmente, sem registro de condições climáticas, mão de obra presente, equipamentos utilizados e ocorrências relevantes. Além disso, as medições mensais eram realizadas com base em fotos enviadas pela contratada, sem conferência presencial ou registro das quantidades medidas em campo.

Considerando as normas aplicáveis à fiscalização de obras públicas, assinale a alternativa correta:

- A () O Diário de Obras pode ser preenchido semanalmente, desde que contenha assinaturas do fiscal e do contratado.
- B () As medições podem ser realizadas apenas com registros fotográficos, desde que comprovem a execução do objeto.
- C () O Diário de Obras deve ser atualizado diariamente e as medições devem representar rigorosamente as quantidades executadas, preferencialmente com conferência presencial e registros técnicos formais.
- D () O uso do Diário de Obras é opcional quando houver relatórios mensais apresentados pelo contratado.

QUESTÃO 36

Nos últimos quatro meses do mandato, um prefeito emite ordens de serviço de obras de drenagem (R\$ 8 milhões) e assina medições de R\$ 3 milhões sem que haja disponibilidade de caixa suficiente para pagamento até 31/12, pretendendo inscrever tudo em restos a pagar. A Secretaria de Finanças alerta para risco de violação ao art. 42 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assinale a alternativa correta:

- A () É lícito emitir ordens de serviço no fim do mandato, pois a inscrição em restos a pagar garante a execução orçamentária e o pagamento futuro, sem restrição de caixa.
- B () O art. 42 veda novos empenhos em obras nos últimos 4 meses; porém, medições podem ser reconhecidas e pagas no exercício seguinte sem contrapartida de caixa.
- C () É vedado contrair obrigação de despesa sem disponibilidade de caixa que a suporte até o final do mandato, abrangendo empenhos, liquidações e inscrições em restos a pagar (salvo disponibilidade financeira suficiente).
- D () A vedação do art. 42 não alcança obras financiadas com convênios/transferências voluntárias.

QUESTÃO 37

Um órgão ambiental recebeu pedido de acesso a relatório técnico e anexos. À luz da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa correta:

- A () Resposta em 20 dias, com prorrogação possível por mais 10 dias, mediante justificativa.
- B () Resposta em 15 dias, com prorrogação automática por mais 15 dias, se houver volume.
- C () Resposta em 30 dias, com prorrogação condicionada a despacho da chefia por igual período.
- D () Resposta em 10 dias, sem prorrogação, salvo se houver classificação prévia.

QUESTÃO 38

Um EIA/RIMA contém nomes, e-mails e telefones de técnicos e terceirizados. O tratamento adequado pela da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) é:

- A () Fornecer o inteiro teor, pois dados constantes do EIA/RIMA são integralmente públicos.
- B () Negar integralmente, pois a presença de dados pessoais torna o documento sigiloso.
- C () Fornecer parcialmente, com ocultação de dados pessoais não essenciais e orientação ao requerente.
- D () Exigir consentimento dos titulares para disponibilizar qualquer dado pessoal constante do relatório.

QUESTÃO 39

No contrato de obra por preço global, o limite para acréscimos/supressões é:

- A () 25% para ambos; 50% para reforma.
- B () 50% para ambos; 25% para reforma.
- C () 15% para acréscimos; 10% para supressões.
- D () Sem limites quando houver aditivo de prazo.

QUESTÃO 40

Analise as sentenças no escopo da lei complementar nº 4165, de 2023, Código de posturas do Município de Catalão:

- I. A lei estabelece que as medidas de polícia administrativa do Município abrangem higiene pública, costumes, locais e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestadores de serviços.
- II. Compete ao Prefeito e, em geral, aos servidores municipais, conforme suas atribuições, velar pelo cumprimento das posturas, utilizando instrumentos de polícia administrativa, especialmente vistorias de licenciamento e vistorias técnicas rotineiras e por denúncia.
- III. Os casos omissos ou dúvidas suscitadas devem ser resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidos os dirigentes dos órgãos administrativos municipais.
- IV. A lei atribui à Câmara Municipal, com precedência sobre o Prefeito, a decisão final em todos os casos omissos relativos à polícia administrativa.

Assinale a alternativa correta:

- A () Apenas I e II estão corretas.
- B () Apenas I, II e III estão corretas.
- C () Apenas I e IV estão corretas.
- D () I, II, III e IV estão corretas.

RASCUNHO DO CARTÃO-RESPOSTA
O preenchimento deste rascunho não é obrigatório.

NÃO DESTAQUE ESTE RASCUNHO!

LÍNGUA PORTUGUESA	01	02	03	04	05
	06	07	08	09	10
MATEMÁTICA	11	12	13	14	15
CONHECIMENTOS GERAIS	16	17	18	19	20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21	22	23	24	25
	26	27	28	29	30
	31	32	33	34	35
	36	37	38	39	40

Este rascunho não tem valor legal. Transcreva as respostas no Cartão-Resposta Personalizado.